

# X CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

sociedades desiguais  
e paradigmas em confronto



## Volume IV

População, modos e ciclos de vida:  
Família, género e sexualidades

Manuel Carlos Silva et al. (orgs)  
Centro de Investigação em Ciências Sociais (ed)  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade do Minho

**População, modos e ciclos de vida:**

**Família, género e sexualidades**

# Índice

<b>Família, género e intimidades.....</b>	<b>1</b>
De mulheres e de saídas - Histórias.....	1
Questionar a Nova Gestão Pública e o Género: Uma reflexão a partir da academia portuguesa.....	12
“Trabalho, família e género, articulando dimensões centrais da vida dos indivíduos”.....	23
Família, protecção social e redes sociais: algumas reflexões a partir da história de vida de uma família.....	66
A intersectorialidade nas políticas para mulheres e do meio ambiente.....	71
A masculinidade não cai do "céu", ela nasce do "chão".....	75
Transexualidade e transgénero em Portugal: dois “vazios” em debate.....	84
Em conversa com os amigos: a importância do grupo de pares na construção da sexualidade.....	91
Família, juventude e conjugalidade.....	99
Notas sobre família, hierarquia e género na Academia Militar das Agulhas Negras.....	108
“Não há ideais de pais, falhamos sempre”: dilemas da parentalidade no início do século XXI”.....	112
El camino hacia el empoderamiento político de las mujeres.....	127
Famílias imigrantes portuguesas na cidade do Rio de Janeiro: rupturas e reconstrução de identidades.....	136
De Castro Daire a Pernambuco: trajetória de uma família cristã-nova na economia açucareira e suas agruras com a Inquisição.....	143
Mulheres e direitos humanos: desfazendo imagens, reconstruindo identidades.....	151
Custos Sociais e Económicos da Violência Exercida Contra as Mulheres em Portugal: dinâmicas e processos socioculturais.....	161
Género e adoecer feminino: olhares sobre o corpo, a saúde e a doença.....	166
Vida conjugal, curso de vida e sexualidade.....	178
Homoparentalidade, Discriminação e Direitos Humanos: O caso Silva Mouta na Justiça portuguesa e no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.....	188
Tensões e assimetrias de género – Processos de ruptura conjugal e poder paternal.....	201
Os jovens, os ventos secularizantes e o espírito do tempo.....	210
Privilégios e Direitos: Territórios sem Fronteira na Violência Doméstica?.....	222
Violência Psicológica contra a Mulher: Dor Invisível.....	232
A imbricação entre a violência física contra a mulher e a posição que ocupa na organização familiar.....	244
Os discursos que construíram as mulheres brasileiras, africanas e portuguesas.....	252
As mulheres e a vivência pós-cárcere.....	256
A arte da amizade na cultura digital: blogs femininos e feministas.....	260
A importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina após um ano de Lei Maria da Penha no Brasil.....	267
Poder e representação política de mulheres brasileiras - as cotas legislativas entre instituições e cultura*.....	273
Para além do "Teto de Vidro": As Representações do “Ideal” de Mulher Executiva no Brasil.....	282
Homens e Mulheres: Identidade Militar.....	286
O Cotidiano de Crianças Residentes em Espaços de Reforma Agrária – Assentamento Nova Alvorada do Sul.....	293
Patrilocalidade, matrifocalidade e adaptabilidade no mundo rural de Santiago de Cabo Verde.....	300
A violência doméstica contra crianças e adolescentes e o trabalho com as famílias no Brasil.....	312
<b>Modos de vida, corpo e sexualidades.....</b>	<b>321</b>
Momentos queer no contexto educacional: desafios na construção de performances alternativas para os corpos.....	321
Desigualdades Sociais e Dissidência Sexual Feminina.....	330
Corpo e Ambiguidade Genital: o estranho e o peso do olhar.....	337
A Lógica Perversa do Consumo, a Apatia e Depressão como Efeitos da Globalização.....	344
Amor, intimidade e sexualidade: roteiros amorosos e sexuais na época contemporânea.....	352
O corpo como projecto: modos de vida orientados para padrões de beleza.....	368
Metamorfose de um corpo <i>andarilho</i> : busca e reencontro do <i>algo</i> melhor.....	377
Corpo, subjetivação, ética e poder.....	383
Hábitos Alimentares da Terceira Idade: um estudo comparativo entre as Classes AB x CD em São Paulo - Brasil.....	390

O corpo e o sujeito na contemporaneidade: signos de memórias e traços de identificação nas transformações corpóreas.....	403
Modos de vida e padrões de consumo: travestismo e prostituição em Juiz de Fora, Brasil.....	414
Corpo e infância: dialogando com a sociologia da infância.....	421
Símbolos sobre o corpo: marcas de gênero no universo da tatuagem.....	427
Comportamentos sexuais, crenças, atitudes e conhecimentos de adolescentes/jovens portuguesas e cabo-verdianas face à vulnerabilidade ao risco do HIV/SIDA: uma abordagem antropológica comparativa em contexto urbano.....	432
Projecto Saúde e Prevenção na Escola e Protagonismo Juvenil.....	446
Grupo gestor estadual em saúde e prevenção nas escolas – GGE/SPE.....	452
Narrativas da Alteridade: Corpos Femininos na Construção Luso-Afro-Brasileira.....	456
Usos e construções de imagens representativas sobre a sensualidade da mulher brasileira em um contexto migratório.....	468
Homossexualidade na Reclusão Feminina: Discursos, Representações e Práticas.....	479
A produção da sexualidade pela mídia.....	486
Reflexões da violência e abuso sexual infante juvenil.....	489
<b>População, gerações e ciclos de vida.....</b>	<b>497</b>
A formação do indivíduo alicerçada em valores éticos e religiosos.....	497
As políticas sociais e o protagonismo da criança e do adolescente.....	503
Políticas públicas para a educação da primeira infância: a creche.....	512
Políticas Internacionais para o mundo do trabalho, repercussões no Brasil para as pessoas com deficiência.....	516
Quando as crianças fotografam.....	519
Universidade Aberta para a Terceira Idade: o desafio educacional na pós-modernidade.....	523
Idoso: o crescimento de uma nova geração.....	533
Práticas corporais para a terceira idade: facilitadores para o fortalecimento do corpo, da mente e da integração social.....	536
Políticas Sociais Alternativas a Institucionalização de Idosos na Região das Missões - RS.....	541
Juventudes, Memórias e cultura: articulações para o encontro entre distintas gerações.....	549
Sociabilidades Juvenis em Teresina: o Trabalho de jovens no Lazer.....	563
Pescando histórias à beira mar: um estudo intergeracional.....	567
Jovens e crianças intermediam relações geracionais: um estudo a partir de contos e lendas do lugar.....	571
Coletivos juvenis e expressões culturais no Brasil.....	575
Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo - Brasil.....	585
Políticas públicas e gestão do envelhecimento no Brasil.....	598
Envelhecimento, subjetividade e espaços urbanos: nas ruas da memória.....	601
O envelhecimento populacional e o desafio àqueles que atuam com os novos atores sociais – os idosos.....	605
A Vivência em Lar e a Privação da Intimidade.....	610
Juventude e diferenças de gênero nas culturas juvenis contemporâneas.....	624
Juventude e Noite: Narrando a violência e o risco.....	634
Crianças, Participação e Cidades: uma geo-grafia da infância.....	639
Reflexões Metodológicas Acerca De Uma Pesquisa Com Crianças Num Contexto Educativo Pré-Escolar.....	647
Investigação com crianças e metodologias participativas. Reflexões a partir da experiência numa escola da periferia de Maputo.....	653
O Surgimento dos Novos Estudos Sociais sobre a Infância no contexto da Radicalização do Processo Histórico de Individualização da Criança.....	665
<b>Crime, dependência e direito.....</b>	<b>680</b>
Da Exclusão e do Racismo à Criminalidade. Um Estudo de Caso no Bairro da Atouguia em Guimarães.....	680
O Poder e a Cultura de Violência em Alagoas.....	693
Memória e pertencimento: o discurso criminalizante e o samba como "território" de resistência. Uma experiência na periferia de uma grande metrópole brasileira.....	701
Sistema de justiça criminal brasileira e cidadania dos aprisionados: prisão como castigo ou agente ressocializador?.....	710
A pena privativa de liberdade na penitenciária de São Luiz Gonzaga, no interior do Estado Rio Grande do Sul/ Brasil.....	718
Da atualidade e da oportunidade do tema "Tráfico de Mulheres para fins de exploração sexual".....	730
Eco da violência urbana: o cotidiano das crianças trabalhadoras do narcotráfico brasileiro.....	735

Quando o petro-capitalismo encontra a cleptocracia: crime organizado em Angola em contextos de integração e fragmentação.....	742
Plantios de Maconha no Brasil, o Caso do polígono da Maconha: Atores e Relações Sociais na Cadeia Produtiva.....	746
“Negócios e trapaças: O lucrativo comércio marítimo ilícito de africanos no município de Macaé (1830-1865)”.....	754
Violências e Conflitos Intersubjetivos no Brasil Contemporâneo.....	757
Política e Questão de Família.....	764
Os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Brasil – Primeiras Impressões.....	771
Programa Pró-Egresso de Toledo: a ação do serviço social.....	780
Vulnerabilidade e exclusão X emancipação e gerenciamento do risco: o papel das políticas públicas penais e de programas de apoio a ex-presidiários no Brasil.....	786
As Penas Alternativas superam as prisões no Brasil, hoje. É um avanço ou um retrocesso?.....	793
Apoio familiar aos adolescentes egressos do sistema sócio-educativo da região de Ponta Grossa – Paraná – Brasil.....	802
Representações sociais do fenômeno das drogas nos meios de comunicação de massa.....	809
Um novo modelo de atendimento aos dependentes químicos.....	814
A ordem pública e a segurança individual. A luta contra o cangaço e contra o PCC.....	825
Representações de Justiça Polular na trajetória de um bandido social.....	837
Amor e dor: um estudo sobre as punições corporais em crianças e adolescentes na cidade de Natal/Rio Grande Do Norte/Brasil.....	844
Reflexo das Ordenações Filipinas na Violência Doméstica Praticada no Brasil.....	849
A memória que não faz laço social: crime e destrutividade.....	859
A violência de gênero em Niterói: um registro de invisibilidades.....	870
Práticas e Políticas Culturais num Estabelecimento Prisional.....	878
Direitos humanos: uma injustiça na realidade das prisões brasileiras.....	890
O corpo da mulher em situação de privação de liberdade: o feminino encarcerado. Do descaso ao abandono.....	902
Caldeirão em ebulição: análise da construção e manutenção da identidade de grupos antagônicos nas prisões.....	907
A matriz prático-discursiva da política de segurança pública no Rio de Janeiro de hoje.....	913
Tendências e desafios das políticas na gestão da segurança pública nas cidades: o caso do Estado do Rio de Janeiro.....	927
Segurança pública e favelas no Rio de Janeiro: crime violento, polícia, riscos e rotinas.....	932
A Municipalização da Segurança Pública: estudo de caso em São Leopoldo - RS.....	943
Sobre a percepção de “direitos” e de “humano” entre operadores de segurança pública no Brasil.....	954
A produção de “transparências” na polícia portuguesa.....	956
Formação dos magistrados no Brasil e a necessidade de reforma para um Poder Judiciário mais justo.....	961
As políticas de Educação Sexual existentes no Brasil e em Portugal como tema de estudo comparativo.....	969
Algumas notas sobre o RDD e as políticas públicas de exceção no Brasil.....	981
Livre convencimento, imparcialidade e subjetividade na decisão judicial.....	992
Pensando a justiça penal brasileira a partir dos conceitos de campo e <i>habitus</i> de Pierre Bourdieu.....	1002
Solução dos Conflitos sócio-ambientais através do Poder Judiciário: o caso da carcinicultura na APA da Barra do Rio Mamanguape-Pb.....	1007
Criminalização da pobreza e judicialização das relações sociais: Reflexões a partir do olhar do Serviço Social.....	1012
Sistema Judicial e Reformas: o Caso Brasileiro.....	1018
Delinquência juvenil feminina: histórias de vida sobre transgressão.....	1025
A inserção da Juventude no processo de produção da violência na atualidade.....	1039
Estudo sobre a incidência de homicídios praticados por adolescentes e o número de óbitos deste segmento no município de Natal/RN-Brasil.....	1044
Os adolescentes em conflito com a lei e a criminalização das classes perigosas: notas sobre o perfil étnico-racial.....	1056
Será a legislação penal contemporânea de emergência uma legislação de "linhas abissais"? Análise da problemática brasileira à luz de espectáculos mediáticos.....	1061
"Nem às paredes confesso": a relação entre a(s) justiça(s) e a(s) arquitetura(s) judicial(ais).....	1070

SARLET, Ingo (2005). As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. In: *Dimensões da Dignidade: Ensaio de Filosofia do Direito e Direito Constitucional*. SARLET, Ingo Wolfgang. (Coord.). Porto Alegre: Livraria do Advogado.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-Maria (1999). *La expansión del Derecho penal. Aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales*. Madrid: Cuadernos Civitas.

## "Nem às paredes confesso": a relação entre a(s) justiça(s) e a(s) arquitectura(s) judicial(ais)

Eliana Patrícia Branco  
CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
[patriciab@ces.uc.pt](mailto:patriciab@ces.uc.pt)

**Resumo:** O século XXI vem questionar o modo como o direito e as ciências sociais respondem às complexidades de um mundo em permanente transformação, daí que se fale hoje em mudança de paradigmas, em novos desafios e em reformulação de concepções, vivendo-se um período de intensa transformação ao nível dos modelos de direito e de justiça. Como diria Jacques Commaille (2004), vivemos entre um modelo de justiça transcendental, que releva do sagrado, e um modelo de justiça imanente à comunidade, de carácter profano. E talvez seja por isso que se procura olhar o direito de mais sítios e de sítios mais improváveis do que se tornou habitual (Hespanha, 2007). Segundo Robert Jacob (1995), a arquitectura constitui uma componente essencial da imagem da justiça, sendo a partir do seu simbolismo que a justiça estabelece uma distância em relação ao cidadão, umas vezes reduzida, outras vezes considerável. Defende-se, assim, que é imprescindível a compreensão dos espaços físicos da justiça, de modo a analisar de que forma contribuem para um direito e uma justiça mais efectivos e cidadãos. Questiona-se, pois, se avançaremos para um modelo dominante, com um certo mimetismo das instâncias de proximidade ao "palácio de justiça". Ou se, afinal, as sociedades sempre precisarão de uma pluralidade de espaços da justiça, diferenciados, uns monumentais e solenes e outros informais e sem solenidade, ou seja, que espaços poderão ser mais aptos a servir a comunicação e a acessibilidade ao direito e a legitimação da administração da justiça no século XXI.

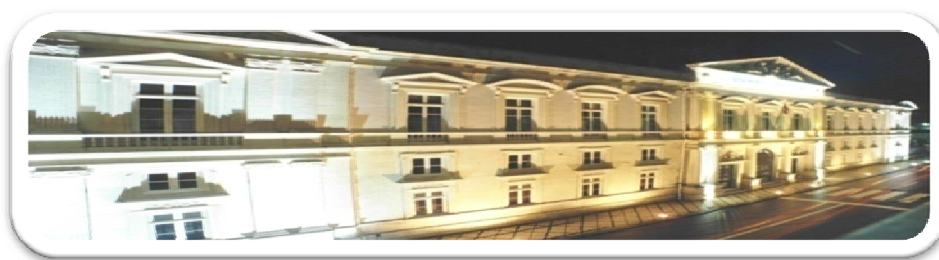


Imagem 1: Palácio de Justiça de Coimbra

*L'ordine visivo della prospettiva (...) nell'urbanistica diventa allineamento, ordine giuridico: la prospettiva lineare diventa rettilineo, la linea dritta diventa diritto, la forma simbolica norma e, la prospettiva, regola consolidata nei piani formati o imposta per legge.*

Alberto Predieri, *La Curva e il Diritto*

### 1. Introdução

O século XXI vem questionar o modo como o direito e as ciências sociais respondem às complexidades de um mundo em permanente transformação, daí que se fale hoje em mudança de paradigmas, em novos desafios e em reformulação de concepções, vivendo-se um período de intensa transformação ao nível dos modelos de direito e de justiça. Como diria Jacques Commaille (2004), vivemos entre um modelo de justiça transcendental, que releva do sagrado, e um modelo de justiça imanente à comunidade, de carácter profano. E talvez seja por isso que se procura olhar o direito de mais sítios e de sítios mais improváveis do que se tornou habitual (Hespanha, 2007).

Deste modo, a questão de partida que se coloca é:

*Poderemos perceber/aceder às concepções de direito e de justiça através dos muros dos seus edificios?*



Imagem 2: Supremo Tribunal de Justiça dos EUA

## 2. *Arquitectura e direito (ou a interpenetração dos discursos e dos espaços comunicacionais)*

Já há algum tempo que os estudos críticos do direito vêm chamando a atenção para o facto de ser necessário convocar outros saberes que ajudem a melhor compreender o que é esta ‘coisa’ a que chamamos direito e justiça. Foi assim que correntes como “law and...” foram aparecendo, entre as quais a “law and economics” (ou análise económica do direito), de carácter mais analítico, ou a “law and

literature” e a “law and music”, de carácter mais humanístico. Mais recentemente começa a falar-se da “law and architecture” (que estará, também, mais associada a uma corrente de cariz humanístico).

Autores como Lessig (1999) ou Katyal (2002) concebem a arquitectura como sendo um mecanismo de controlo e de disciplina ao serviço do direito, sendo a linha de pensamento comum a de saírem do quadro restrito das normas legais e do direito positivo para a normatividade do espaço físico.

Neste sentido, Pierre Caye (2008) defende que existe uma geminação entre direito e arquitectura, pois ambos partilham dos mesmos princípios e da mesma finalidade, isto é, são saberes da diferença e artes da distância, ao serviço não só da civilização (na medida em que asseguram uma ordem constante, regular, certa e previsível perante o caos da natureza social), mas fundamentalmente da construção da pessoa humana.

Mas onde direito e arquitectura se assumem como tendo uma relação simbiótica é na arquitectura dos espaços da justiça. Em termos de arquitectura judicial, existe uma relação causal entre o direito, a arquitectura e a idealidade, sendo a arquitectura, nas palavras de David Evans (1999), o “veículo do mito”, no sentido de que é através dela que a realidade invisível do direito se ancora na realidade física e social. Em primeiro lugar, claro, nos edifícios dos tribunais e, mais recentemente, nas estruturas ligadas aos mecanismos alternativos de resolução de litígios, em especial nos julgados de paz e nos centros de arbitragem, conciliação e mediação.

Todavia, deparamo-nos com uma ausência de investigação nesta área que, segundo Linda Mulcahy (2007), pode ser explicada, em parte, com a obsessão que os juristas têm pela ‘palavra’, isto é, pelas normas escritas, códigos, sentenças, considerando-se o espaço como neutro. Daí que só muito recentemente é que tanto juristas quanto sociólogos tenham começado a atentar no interface entre direito e espaço.

## 3. *Justice should be seen to be done*

O que se percebe, então, é que as paredes, as portas, as salas e os corredores servem de canais de comunicação (Mohr, 1999), canais abertos e fechados, que separam o que está dentro do que está fora, o ritual do quotidiano. Assim, é através da arquitectura dos seus espaços jurisdicionais que o direito se autoriza como espaço singular e sagrado de regulação da comunidade, um espaço onde o facto real se transforma em facto jurídico. E, paradoxalmente, o espaço do tribunal surge como um espaço exógeno aos outros espaços, mas no qual esses outros espaços estão/são representados, ajudando a disseminar a ilusão da neutralidade e universalidade do direito (Hogg, 2002). Pelo que não existe nada de incidental na arquitectura judiciária, na medida em que a (apenas aparente) dimensão estética do espaço serve o propósito de reforçar a autoridade de uma ordem institucional (Haldar, 1994). E se pode ser difícil definir a instituição jurisdicional, a verdade é que “we know one when we see it” (Brigham, 1996), pois a maior parte de nós reconhece quando está perante um tribunal, na medida em que reconhece o edifício, os seus símbolos. Para além de ser um espaço reconhecível, Haldar (1999) defende que a arquitectura judicial tem como objectivo a demarcação do espaço do direito e da justiça da mundanidade das outras instituições, pois são poucos os edifícios públicos que têm um significado tão forte como os que abrigam a justiça (Patterson, 2004).

Contudo, a preocupação com a organização física do espaço, com aquilo a que Pierre Guibentif (2007) chama de quadro material, não se reduz apenas ao espaço dos tribunais. Na verdade, como este autor explicita num texto em que trata dos julgados de paz em Portugal, este enquadramento material foi objecto de uma atenção particular no momento de instalação dos julgados de paz, na medida em que se procurou criar espaços sem solenidade, com mobiliário sóbrio, com a presença de mesas redondas, de modo a sugerir uma ideia de proximidade. Aliás, Guibentif questiona mesmo se nos próximos anos não veremos uma transformação dos tribunais clássicos, potenciada pela presença das jurisdições de proximidade.



Imagem 3: os códigos escritos da justiça



Imagem 4: Tribunal de Braga

#### 4. Da sombra da árvore ao palácio

Nem sempre os espaços do direito e da justiça foram delimitados como os conhecemos hoje. De ritual exercido ao ar livre a ritual com direito a casa própria passaram vários séculos, nos quais os diversos períodos foram ganhando as características próprias da época. Pelo que o simbolismo dos palácios da justiça é algo que tem uma existência bastante recente, mas que nos imbuíu a todos desse carácter sagrado, como se sempre tivesse sido assim, desde tempos imemoriais.

Encontramos, nesta evolução, várias fases:

- a) *A árvore da justiça*
- b) *A arquitectura judiciária medieval (a Casa da Câmara)*
- c) *Os palácios da justiça (a solenidade, a distância, o rigor)*



Imagem 5: Fresco do Bom e do Mau Juiz  
Casa da Câmara de Monsaraz



Imagem 6: Cité Judiciaire de Rennes

#### 5. O borbulhar de diferentes tendências

Hoje sentimos o borbulhar de diversas tendências relativamente à concepção dos diferentes espaços de justiça, tendências essas que caminham e se cruzam entre aquilo a que se poderá chamar, metaforicamente, a “arborização dos palácios” e a “palacização das árvores”. Tais tendências poderão ser divididas em grupos. Assim:

- d) *As cidades da justiça*: França, anos 60; Portugal, século XXI(?)
- e) *A banalização dos espaços de justiça*: EUA, anos 60; Portugal, pós 25/04/74
- f) *O espaço de justiça tecnológico*
- g) *O apelo à comunidade e à negociação*: espaços que transmitam a ideia de igualdade, cidadania, transparência e acessibilidade

#### 6. As hipóteses de trabalho

Deste modo, podemos pôr como hipóteses o seguinte:

- A transformação da justiça no século XXI levará a uma transformação dos espaços de justiça.
- A transformação dos espaços de justiça do século XXI levará a que haja uma pluralidade de espaços de justiça, diferenciados, em que haverá lugar para os palácios, ou seja, para estruturas que sejam simbologia do poder e do Estado; para o mimetismo; para os espaços de negociação; para os espaços de serviço público e capazes de responder à massificação; para



espaços dependentes das novas tecnologias de informação e de gestão; e para espaços de justiça onde se verifica um retorno à comunidade e de apelo à rua, tudo em função das relações sociais e de poder que se vão criando.

- A hibridação dos espaços de justiça: a “arborização dos palácios” e a “palacização das árvores”.
- Esta pluralidade de espaços de justiça que emerge no século XXI não deixará de ter zonas de distância/inacessibilidade, mas a pluralidade das representações associadas a estes diferentes espaços poderá permitir uma maior comunicação, acessibilidade e legitimação a um direito e a uma justiça ao serviço da cidadania.

### **7. Assim... nasce um projecto de investigação/doutoramento**

O objectivo desta pesquisa, enquanto objecto de tese de doutoramento, nasce da necessidade de pensar os espaços da justiça ao serviço da comunicação, da acessibilidade e da legitimação do direito e dos meios de resolução de litígios. Todavia, tais estudos têm tido uma importância marginal, até porque têm estado (quase) ausentes do debate. Pretende-se, pois, interpretar de que modo os espaços de justiça portugueses foram sendo e são concebidos/construídos, atendendo às suas funções, quer pelo sistema político, quer por quem os idealizou, quer por quem os experiencia, seja como profissional, seja como cidadão.

Para efectuar esta investigação, utilizar-se-á a seguinte metodologia: para além da necessária pesquisa bibliográfica e documental, e respectiva análise, far-se-á trabalho de campo, no qual se procederá a uma recolha fotográfica dos vários espaços de justiça em Portugal. A partir dessa recolha, irá fazer-se a análise das características comuns/incomuns, próprias e nuances dos diversos espaços da justiça portugueses, o que servirá para construir tipologias de espaços. Dessas tipologias serão seleccionados espaços nos quais serão aplicados inquéritos e/ou entrevistas aos cidadãos-utentes. Haverá, ainda, um focus-group com os profissionais-utentes, a que se seguirá a análise qualitativa dos discursos.

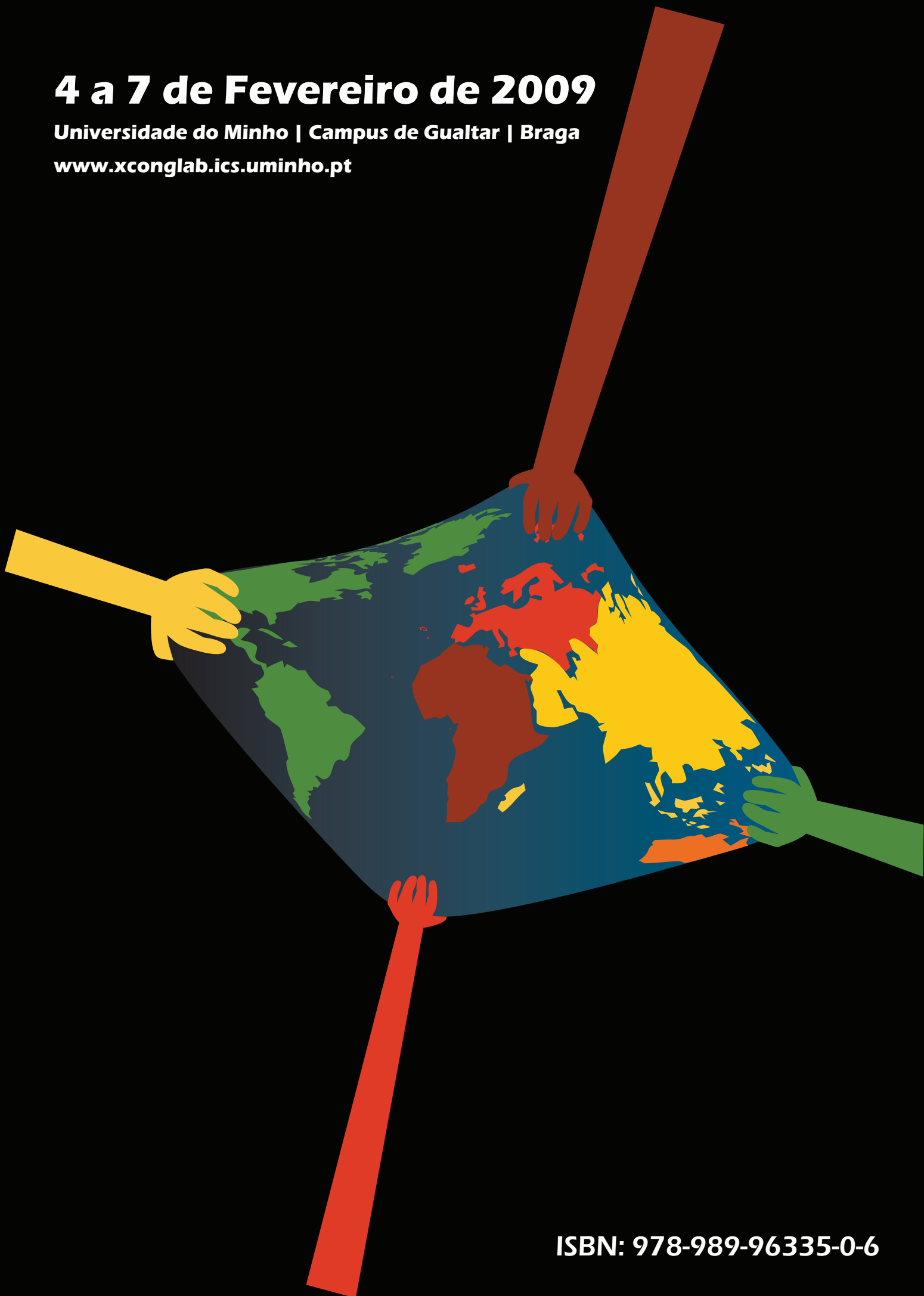
### **Referências Bibliográficas**

- Beauchard, Jean. (1995). *La justice judiciaire de proximité. Justices. Revue Générale de Droit Processuel*, n. ° 2, Dossier «Justice et ville». Paris: Dalloz.
- Brigham, John. (1996). Signs in the attic: courts in material life. In Roberta Kvelson (eds.) *Spaces and significations*. Nova Iorque: Peter Lang Publishing.
- Caye, Pierre. (2008). *Droit et architecture, savoirs de la différence, arts de la distance*. <http://www.asmp.fr/travaux/communications/2008/caye.htm> (consultado na internet em Maio de 2008).
- Evans, David. (1999). Theatre of deferral: the image of the law and the architecture of the Inns of Court. *Law and Critique*, 10, 1-25. Holanda: Kluwer Academic Publishers.
- Garapon, Antoine. (1997). *Bem julgar. Ensaio sobre o ritual judiciário*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Guibentif, Pierre. (2007). *Les julgados de paz: une nouvelle justice de proximité au Portugal. Droit et Société* (Dossier Justice de Proximité), 66. LGDJ.
- Haldar, Piyel. (1994). In and out of court: on topographies of law and the architecture of court buildings. *International Journal for the Semiotics of Law*, Vol. VII, 20, 187-200.
- Hogg, Russell. (2002). Law's other spaces. *Law Text Culture*, 6, 29-40. Austrália: Instant Colour Press.
- Katyal, Neal. (2002). Architecture as crime control. *The Yale Law Journal*, Vol. 111(5), 1039-1139.
- Lessig, Lawrence. (1999). The law of the horse. What ciberlaw might teach. *Harvard Law Review*, 113, 501-549.
- Ministère de la Justice. (2002). *La nouvelle architecture judiciaire. Des palais de justice modernes pour une nouvelle image de la justice*. Paris: La Documentation Française.
- Mohr, Richard. (1999). In between power and procedure: where the court meets the public sphere. *JOSCCI* – <http://www.uow.edu.au/arts/joscci/joscci1/mohr.html> (consultado na internet em Outubro de 2007).
- Mulcahy, Linda. (2007). Architects of justice: the politics of courtroom design. *Social and Legal Studies*, Vol. 16( 3), 383-404.
- Nunes, António Manuel. (2003). *Justiça e arte. Tribunais portuguesas*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.
- Pedroso, João & Branco, Patrícia. (2008). A reforma da organização judiciária em Espanha – o caso da nova oficina judicial. *Scientia Iuridica*, Tomo LVII, 313. Braga: Livraria Cruz.
- Universidade de Camberra. (1998). Court Perspectives: architecture, psychology and Law Reform in Western Australia. <http://www.canberra.edu.au/ncf/events/courtperspectives.pdf> (consultado na internet em Fevereiro de 2008).

**4 a 7 de Fevereiro de 2009**

**Universidade do Minho | Campus de Gualtar | Braga**

**[www.xconglab.ics.uminho.pt](http://www.xconglab.ics.uminho.pt)**



**ISBN: 978-989-96335-0-6**